



DIÁRIO DO GOVERNO

PREÇO DESTE NÚMERO — \$40

Toda a correspondência, quer oficial, quer relativa a anúncios e à assinatura do *Diário do Governo*, deve ser dirigida à Administração da Imprensa Nacional. As publicações literárias de que se recebam 2 exemplares anunciam-se gratuitamente.

ASSINATURAS	
As três séries	Ano 360\$
A 1.ª série	140\$
A 2.ª série	120\$
A 3.ª série	120\$
Para o estrangeiro e colónias	acresce o porte do correio

O preço dos anúncios (pagamento adiantado) é de 450\$ a linha, acrescido do respectivo imposto do solo. Os anúncios a que se refere o § único do artigo 2.º do Decreto-Lei n.º 37:701, de 30 de Dezembro de 1949, têm a redução de 40 por cento.

Aviso aos assinantes

Todos os assinantes do «*Diário do Governo*» cujas assinaturas terminem no fim do corrente mês são prevenidos de que as devem renovar, remetendo a tempo a importância respectiva, a fim de não sofrerem interrupção na remessa.

Os preços são os seguintes:

As 3 séries : 360\$ por ano ou 200\$ por semestre
A 1.ª série : 140\$ " 80\$ "
A 2.ª série : 120\$ " 70\$ "
A 3.ª série : 120\$ " 70\$ "

Para o estrangeiro ou colónias acrescem os portes do correio.

SUMÁRIO

Ministério da Justiça:

Portaria n.º 13:099 — Determina que sejam entre si anexados os serviços do registo civil e do notariado no concelho de Borba.

Ministério dos Negócios Estrangeiros:

Decreto-Lei n.º 37:788 — Aprova, para ser ratificada, a Convenção Regional Europeia do Serviço Móvel Radiomarítimo, assinada em Copenhaga em 17 de Outubro de 1948.

Ministério da Educação Nacional:

Decreto n.º 37:789 — Designa a constituição da comissão directora do Instituto Português de Oncologia.

Ministério da Economia:

Portaria n.º 13:100 — Autoriza a transferência para a Comissão Venatória Regional do Centro das quantias depositadas nos termos do Decreto n.º 30:335 e de todas as que se destinam ao Fundo especial das comissões venatórias de determinados concelhos.

MINISTÉRIO DA JUSTIÇA

Direcção-Geral dos Registros e do Notariado

Portaria n.º 13:099

Manda o Governo da República Portuguesa, pelo Ministério da Justiça, que, nos termos do artigo 15.º da Organização dos Serviços de Registo e do Notariado, aprovada pelo Decreto-Lei n.º 37:666, de 19 de Dezem-

bro de 1949, sejam entre si anexados os serviços de registo civil e do notariado no concelho de Borba.

Ministério da Justiça, 17 de Março de 1950.—O Ministro da Justiça, *Manuel Gonçalves Cavaleiro de Ferreira*.

MINISTÉRIO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS

Direcção-Geral dos Negócios Económicos e Consulares

Decreto-Lei n.º 37:788

Usando da faculdade conferida pela 1.ª parte do n.º 2.º do artigo 109.º da Constituição, o Governo decreta e eu promulgo, para valer como lei, o seguinte :

Artigo único. É aprovada, para ser ratificada, a Convenção Regional Europeia do Serviço Móvel Radiomarítimo, assinada em Copenhaga em 17 de Outubro de 1948.

Publique-se e cumpra-se como nele se contém.

Paços do Governo da República, 17 de Março de 1950. — ANTÓNIO ÓSCAR DE FRAGOSO CARMONA — António de Oliveira Salazar — Augusto Cancella de Abreu — Manuel Gonçalves Cavaleiro de Ferreira — João Pinto da Costa Leite — Fernando dos Santos Costa — Américo Deus Rodrigues Thomaz — José Caeiro da Matta — José Frederico do Casal Ribeiro Ulrich — Teófilo Duarte — Fernando Andrade Pires de Lima — António Júlio de Castro Fernandes — Manuel Gomes de Araújo.

Para ser presente à Assembleia Nacional.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO NACIONAL

Direcção-Geral do Ensino Superior e das Belas-Artes

Decreto n.º 37:789

Tendo a experiência mostrado a necessidade de se alterar o regime estabelecido nos §§ 1.º e 2.º do artigo 1.º e no artigo 2.º do Decreto n.º 23:729, de 31 de Março de 1934;

Usando da faculdade conferida pelo n.º 3.º do artigo 109.º da Constituição, o Governo decreta e eu promulgo o seguinte :

Artigo único. A comissão directora do Instituto Português de Oncologia será constituída por cinco membros efectivos e três substitutos, todos escolhidos pelo Ministro da Educação Nacional de entre pessoas de reconhecida idoneidade.